



Nara Romero Montenegro

Recebido: 1 de Fevereiro de 2026

Revisado: 8 de Abril de 2026

Aceito: 10 de Abril de 2026

Publicado: 30 de Junho de 2026

Nordeste, uma invenção também esportiva: identidade nordestina nas práticas do litoral (1910-1940)

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a constituição da identidade regional nordestina a partir dos discursos sobre os esportes náuticos nas capitais litorâneas de Salvador, Recife e Fortaleza, entre as décadas de 1910 e 1940. Fundamentado na ideia do Nordeste como uma “invenção” histórica e discursiva, o texto demonstra como práticas esportivas modernas atuaram como dispositivos simbólicos na produção da chamada “nordestinidade”. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa histórica de natureza documental, que mobiliza fontes históricas, como jornais, revistas, imagens e textos literários. A análise evidencia três dimensões discursivas recorrentes: o orgulho pelos feitos esportivos locais, associados à civilidade e ao progresso, o sentimento de inferioridade e crítica frente ao descaso político e à comparação com o Sul, e a valorização da originalidade e autenticidade das práticas locais.

Palavras-chave: Identidade Regional; História do Esporte; Nordeste; Esportes Náuticos

The Northeast, also a Sporting Invention: Northeastern Identity in Coastal Practices (1910–1940)

Abstract

The article aims to analyze the constitution of Northeastern regional identity through discourses on nautical sports in the coastal capitals of Salvador, Recife, and Fortaleza between the 1910s and 1940s. Grounded in the idea of the Northeast as a historical and discursive “invention,” the text demonstrates how modern sporting practices operated as symbolic devices in the production of so-called *Nordestinidade*. Methodologically, this is a documentary-based historical study that draws on sources such as newspapers, magazines, images, and literary texts. The analysis identifies three recurring discursive dimensions: pride in local sporting achievements associated with civility and progress; feelings of inferiority and criticism stemming from political neglect and comparisons with the South; and the valorization of the originality and authenticity of local practices.

Keywords: Regional Identity; History of Sport; Northeast; Nautical Sports

Introdução

A região Nordeste costuma ser apreendida, no imaginário social, como um bloco homogêneo, recoberto por estereótipos densos e persistentes que procuram fixar uma única

“verdade” sobre o Nordeste e sobre o nordestino. Tal compreensão é problematizada neste artigo, que parte do entendimento da identidade regional como uma construção histórica e discursiva, produzida de modo intencional e dotada de eficácia simbólica.

Em “A invenção do Nordeste e outras artes” Durval Albuquerque Júnior (2011) demonstra como os discursos, por meio da repetição de enunciados e imagens, engendram uma materialidade concreta capaz de forjar uma identidade nordestina. Embora o Nordeste, tal como hoje o concebemos, seja uma formulação histórica, sobretudo elaborada na primeira metade do século XX, trata-se de uma invenção dotada de forte poder de legitimação e efeito de verdade.

A proposta deste artigo não é reforçar a naturalização do Nordeste como unidade cultural coesa, mas analisá-lo a partir de suas particularidades no campo da história do esporte. Reconhecem-se, contudo, possíveis aproximações e convergências no contexto litorâneo de Salvador, Recife e Fortaleza, na primeira metade do século XX, período que coincide com a consolidação discursiva da ideia de Nordeste.

Quando se evoca o passado do Nordeste, um repertório imagético estabilizado costuma emergir, associando a região à seca, ao coronelismo, ao cangaço, ao messianismo, à pobreza e à migração, articulado também a imagens do Brasil colonial da monocultura açucareira, do trabalho escravizado e do latifúndio aristocrático, frequentemente apresentados como matriz da formação nacional. Produções intelectuais, como aquelas do movimento regionalista e da literatura regionalista das primeiras décadas do século XX, enunciaram e forjaram um Nordeste frequentemente concebido em oposição ao mundo moderno (Albuquerque Júnior, 2011).

Ainda que tais elementos tenham, de fato, integrado a experiência histórica da região, sua repetição sistemática consolidou uma “verdade” marcada por clichês, obscurecendo a pluralidade e a heterogeneidade dos contextos nordestinos. Diante disso, é importante assinalar que este artigo se debruça sobre um recorte específico e não pretende falar em nome do Nordeste como totalidade, ainda que a invenção do Nordeste enquanto construção identitária constitua o eixo central da análise.

Ao delimitar o litoral das cidades de Recife, Fortaleza e Salvador nas primeiras décadas do século XX, faz-se referência a espaços costeiros situados em capitais nordestinas. Historicamente, o litoral constituiu-se como o ponto inicial de ocupação e controle da colonização portuguesa, mantendo, ao longo do tempo, uma separação simbólica em relação ao que se convencionou opor a ele: o sertão. A produção intelectual de Gilberto Freyre é emblemática nesse debate, ao identificar a existência de dois “Nordestes” construídos discursivamente. Em sua interpretação, a dicotomia entre litoral e sertão associa o primeiro à abundância material, à riqueza e à chamada “civilização

do açúcar”, marcada pelo contato contínuo com a Europa, enquanto o segundo é descrito como espaço de precariedade, identificado com o Brasil profundo, submetido a uma natureza árida e hostil. (Freyre, 1933; Freyre, 1985).

Apesar das disputas simbólicas em torno da centralidade da nacionalidade brasileira, o litoral nordestino onde se situam Recife, Salvador e Fortaleza já apresentava, desde o final do século XIX, traços significativos de urbanização. Salvador e Recife, em particular, herdaram do período colonial parte de suas estruturas urbanas. Conforme assinala Milton Santos (2008), Salvador figurou por cerca de três séculos como a cidade mais populosa do país e como seu principal porto, até o deslocamento do eixo econômico nacional para o Sul. Recife, por sua vez, após a ocupação holandesa e a destruição de Olinda no século XVII, consolidou-se como núcleo portuário articulado à economia agroexportadora, fortemente dependente do mercado externo (Bernardes, 2012). Fortaleza apresenta um percurso distinto: elevada à condição de cidade apenas no século XVIII, permaneceu subordinada à capitania de Pernambuco até 1799. Sua ocupação territorial ocorreu de maneira inversa à de Recife e Salvador, avançando do interior em direção ao litoral (Dantas, 2010).

Resguardadas as particularidades de cada processo de formação urbana, nas primeiras décadas do século XX essas cidades experimentaram um crescimento espacial significativo, com a incorporação de novas áreas e bairros para além do núcleo original, além da implementação de reformas e projetos urbanísticos voltados à modernização do espaço urbano (Santos, Mario., 2008; Santos, Milton., 2008).

A aproximação das cidades com suas praias resulta, em grande medida, do processo de expansão urbana para além das áreas centrais, articulado ao avanço da ciência moderna e às prescrições higienistas que passaram a orientar os cidadãos em direção a práticas consideradas saudáveis. Em Fortaleza, as primeiras praias a serem progressivamente frequentadas por diferentes segmentos da população foram a Praia Formosa e a Praia do Peixe, seguidas, posteriormente, pelo Meireles e pelo Mucuripe. Em Salvador, desde o século XIX, a ocupação litorânea ocorreu de forma gradual na Praia da Barra, na Península de Itapagipe — voltada para a Baía de Todos-os-Santos — e no Rio Vermelho, já na orla atlântica. No caso do Recife, a relação entre a cidade, o litoral e os rios Capibaribe e Beberibe favoreceram práticas tanto de banhos de água doce quanto salgada; inicialmente, as praias mais valorizadas localizavam-se em Olinda e, ao longo do século XX, esse prestígio deslocou-se para Boa Viagem e Pina, na capital pernambucana (Schramm, 2001; Dantas, 2010; Montenegro, 2020; Araújo, 2007; Risério, 2004; Andrade, 2015).

Embora ancoradas em justificativas físico-químicas e fisiológicas formuladas pelo saber médico-higienista, as normas que regulavam os banhos de mar foram sendo progressivamente apropriadas pelos frequentadores de maneira menos rigorosa. Distanciando-se do caráter estritamente prescritivo, a prática manteve sua conotação salutar, ao mesmo tempo em que passou a incorporar dimensões de prazer, recreação e sociabilidade. Assim, os banhos deixaram de ser exclusivamente um recurso terapêutico para se tornarem um hábito ao mesmo tempo saudável e festivo (Azevedo, 1988; Araújo, 2007).

A combinação entre a urbanização do entorno e a emergência de práticas juvenis modernas nas areias delineou o cenário das praias dessas três capitais nordestinas nas primeiras décadas do século XX. Estudos sobre outras cidades brasileiras indicam que processos semelhantes ocorreram em diferentes pontos do litoral nacional. Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis, Vitória e áreas do litoral do Rio Grande do Sul vivenciaram, no mesmo período, a constituição da chamada praia moderna, associada ao veraneio e à lógica do balneário (O'Donnell, 2013; Terra, 2016; Moraes, 2017; Ramos, 2009; Schossler, 2013; Freitas, 2014). Embora cada localidade apresente especificidades, como distintos fluxos migratórios, maior ou menor influência europeia, vínculos com a Corte portuguesa, vocação turística ou condicionantes climáticos e geográficos, o processo de “descoberta”, “urbanização” e “modernização” de trechos do litoral ocorreu de maneira relativamente simultânea nas capitais costeiras brasileiras.

Ao delimitar um recorte geográfico centrado em capitais nordestinas para a análise das práticas esportivas, seleciona-se também uma porção específica da própria região Nordeste: o litoral. A eventual referência ao Nordeste não pretende acionar seus estereótipos mais cristalizados. O Nordeste das práticas corporais e esportivas litorâneas do início do século XX aproxima-se, em muitos aspectos, das experiências de cidades como Santos, Rio de Janeiro ou Florianópolis, mais do que das realidades do interior sertanejo. Nesse sentido, as fronteiras simbólicas entre o sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará e suas capitais costeiras parecem maiores do que aquelas que as separam do litoral sul e sudeste do país, consideração fundamental para tornar inteligível uma historiografia do esporte no Nordeste.

Métodos

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem registrado o fortalecimento de abordagens orientadas pelas escalas regional e local, em contraposição a uma tradição marcada por análises amplas e sistêmicas, voltadas a recortes nacionais ou internacionais (Neves, 2008). Embora essas perspectivas sejam por vezes criticadas por fragmentarem a compreensão do passado, elas

permitem investigar processos históricos em espaços pouco explorados, evidenciando singularidades e dinâmicas próprias.

A história regional e local contribui, assim, para a construção de uma noção alternativa de totalidade histórica, capaz de corrigir distorções das análises globais que desconsideram conjuntos documentais regionalmente concentrados (Barros, 2022). Além disso, ao iluminar aspectos sutis frequentemente ocultados por narrativas generalizantes, amplia o repertório interpretativo da historiografia e tensiona explicações homogeneizadoras.

Nesse debate, destaca-se a crítica de Albuquerque Júnior (2011) à separação rígida entre história nacional e regional, entendida como produtora de hierarquizações historiográficas. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa, embora centrada em cidades do Nordeste, dialoga com debates centrais da historiografia brasileira e da história do esporte, reafirmando que produções fora do eixo Rio–São Paulo também integram e complexificam a história nacional.

Do ponto de vista metodológico, este artigo baseia-se em uma pesquisa histórica de natureza documental, mobilizando fontes produzidas nas cidades de Fortaleza, Recife e Salvador, no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1940. O corpus documental é composto por: i) impressos da época, como jornais, revistas e outros periódicos editados nas três cidades; ii) obras literárias, incluindo crônicas, textos memorialísticos, romances e poemas; e iii) fontes visuais, tais como fotografias, ilustrações e pinturas, provenientes de acervos públicos, coleções particulares ou veiculadas pela imprensa.

As fontes foram acessadas no contexto de uma pesquisa mais abrangente de doutoramento, localizadas em arquivos, acervos e bibliotecas das três cidades, bem como plataformas virtuais. Jornais, revistas e impressos foram consultados na Biblioteca Pública do Recife, Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Estadual do Ceará e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Para fins de seleção para temática deste artigo, foram selecionadas as fontes que dialogavam com a problemática mais especificamente apresentada, isto é, a nordestinidade enquanto uma identidade em formação no período recortado.

Espaço, esporte e identidade

O desenvolvimento dos esportes náuticos nas capitais litorâneas e nos principais centros urbanos da Bahia, de Pernambuco e do Ceará ocorreu em um cenário que, sob diversos aspectos, dialogava com experiências observadas em outras cidades brasileiras situadas fora do Nordeste. Essas práticas se afirmavam em ambientes urbanos marcados pela modernização e pela vida à beira-

mar, compartilhando referências simbólicas comuns ao contexto nacional. Paralelamente, contudo, emergia um processo de construção identitária que passava a tomar a região nordestina como objeto de um discurso regionalista em formação.

A consolidação dessa perspectiva regional esteve diretamente relacionada às transformações políticas e econômicas enfrentadas pelas elites locais. Conforme analisa Albuquerque Júnior (2011), a constituição do Nordeste como categoria histórica e simbólica esteve associada à reação de grupos sociais que experimentaram a perda progressiva de influência, em especial os grandes produtores de açúcar e algodão, bem como comerciantes e intelectuais vinculados a esses setores. Tal enfraquecimento, iniciado com o deslocamento dos eixos econômicos durante o ciclo do ouro em Minas Gerais e com a transferência da capital colonial para o sul no século XVIII, prolongou-se ao longo do século XIX.

Esse processo de deslocamento das centralidades foi aprofundado com a instalação da corte portuguesa no Brasil, em 1808, tendo o Rio de Janeiro como sede. Maria Odila Dias (2005) interpreta esse movimento como parte do fenômeno da “interiorização da metrópole”, no qual a antiga colônia passa a abrigar o centro do poder imperial. A nova configuração política e econômica fortaleceu o Centro-Sul como núcleo decisório, ao mesmo tempo em que redefiniu as relações de dominação no território brasileiro. Nesse arranjo, regiões como o Nordeste passaram a ocupar uma posição subordinada, reproduzindo dinâmicas semelhantes às da ordem colonial: “como metrópole interiorizada, a corte do Rio de Janeiro lançou os fundamentos do novo Império português, chamando a si o controle e a exploração das outras ‘colônias’ do continente” (Dias, 2005, p. 22).

Diante desse cenário, setores das elites nordestinas, com destaque para Pernambuco, historicamente central no ciclo açucareiro, passaram a articular respostas políticas e simbólicas por meio da criação de associações, eventos culturais e veículos de publicação. Para Albuquerque Júnior (2011), a emergência de um discurso coeso sobre o Nordeste não decorre de um projeto vitorioso, mas de uma experiência de derrota histórica. A regionalização assume, assim, o caráter de uma estratégia política e discursiva, fundada na elaboração de uma narrativa que reconhece a perda de protagonismo no plano nacional: “O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno da rede de poderes, por aqueles que já não podem aspirar ao domínio do espaço nacional” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 83).

Esse movimento de retorno nostálgico ao passado manifesta-se, de modo concomitante, no campo cultural e intelectual. A partir das décadas de 1920 e 1930, o Nordeste passa a ser palco de novas formulações artísticas e interpretativas. De um lado, destaca-se a leitura sociológica proposta por Gilberto Freyre; de outro, afirma-se uma produção literária frequentemente identificada como

regionalista e vinculada ao modernismo, representada por autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz. Embora distintas entre si, essas produções dialogavam com os pressupostos modernistas, ao mesmo tempo em que enfatizavam a valorização de referências culturais e tradições regionais (Barbosa Araújo, 2006).

O regionalismo não se limita a uma experiência localizada, podendo ser compreendido como um fenômeno de alcance mais amplo, marcado pela tematização do mundo rural em contraste com a vida urbana. Conforme argumenta Chiappini (1995), a literatura regionalista operaria uma mediação simbólica entre universos sociais distintos, aproximando o cidadão do homem do campo e o intelectual do camponês, ampliando repertórios de conhecimento e promovendo certa circulação entre grupos sociais. Paradoxalmente, essa vertente se desenvolveu em estreita relação com os processos de modernização, industrialização e urbanização: ainda que frequentemente crítica a tais transformações, trata-se de uma produção essencialmente moderna e urbana.

A constituição do recorte regional articula-se, assim, à emergência de uma formação discursiva nacional-popular. Dias (2005) identifica na Primeira República um momento decisivo para a redefinição das relações entre as regiões e o poder central, possibilitada pela adoção do modelo federativo e por novas formas de negociação política. É nesse contexto que se consolidam imagens e representações do Nordeste, muitas das quais se cristalizam no período de recorte do artigo.

Importa ressaltar que o regionalismo não deve ser entendido apenas como um exercício descritivo ou documental de um espaço geográfico específico. Ele envolve, igualmente, a elaboração de um espaço simbólico e ficcional que remete à região, constituindo-se como “um espaço ao mesmo tempo vivido e subjetivo” (Chiappini, 1995, p. 158). A partir dessa construção simbólica, forja-se uma identidade regionalizada. No caso em questão, uma determinada ideia de nordestinidade.

Essa identidade, por estar historicamente situada em uma condição de subalternidade, pressupõe relações assimétricas de poder. Conforme analisa Pierre Bourdieu (1989), a noção de região está atravessada por uma dinâmica em que existe um centro que não necessita se regionalizar e uma periferia marcada pelo estigma. A afirmação identitária regional carrega, portanto, um paradoxo: emerge como produto da estigmatização, mas também como resposta a ela, na tentativa de ressignificar sentidos negativos por meio da autoafirmação simbólica.

Nessa perspectiva, a identidade nordestina constrói-se simultaneamente como marca depreciativa, sobretudo quando produzida a partir de olhares externos à região, e como elemento de valorização positiva quando apropriada internamente, ainda que de forma generalizante. A chamada

“nordestinidade” configura-se como um campo de disputas simbólicas, atravessado por estigmas, mas também mobilizado estrategicamente pelos próprios grupos estigmatizados. Além disso, diferenças de classe, raça e gênero interagem com essa identidade regional, impedindo que ela seja compreendida como uma essência fixa ou homogênea. Não há, portanto, um único modo de ser nordestino, mas múltiplas possibilidades, condicionadas pelas trajetórias, interesses e posições sociais dos sujeitos.

Essa comunidade, construída por meio de discursos, imagens e práticas, produz nos indivíduos um sentimento de pertencimento sustentado por vínculos simbólicos intensos, ainda que invisíveis (Anderson, 2008). Nas identidades locais, regionais ou nacionais, a noção de território compartilhado ocupa lugar central, bem como os espaços simbólicos e as representações que o materializam. Nesse processo, instrumentos como mapas, censos, pinturas e fotografias atuam como dispositivos fundamentais na constituição do imaginário identitário.

A identidade impulsiona-se ainda pela noção desenvolvida por Hobsbawm e Ranger (1997) de invenção das tradições. Práticas repetidas que simulam certa atemporalidade ou antiguidade criam sensação de continuidade entre passado, presente e futuro, ao mesmo tempo que inculcam valores de pertencimento. Exemplo de tradição inventada e reinventada é a jangada enquanto elemento simbólico identitário do Nordeste.

A fotografia de uma jangada (Figura 1), publicada na Revista da Cidade, ilustra esse mecanismo de produção simbólica. O mar, a jangada, os pescadores e a paisagem litorânea são apresentados como elementos recorrentes de um repertório visual associado à nordestinidade. A legenda que acompanha a imagem, ao destacar as jangadas que “singram os mares verdes da costa nordestina” como traço característico da vida praiana, sugere uma generalização da cena recifense para todo o Nordeste, convertendo um registro local em representação regional ampliada.

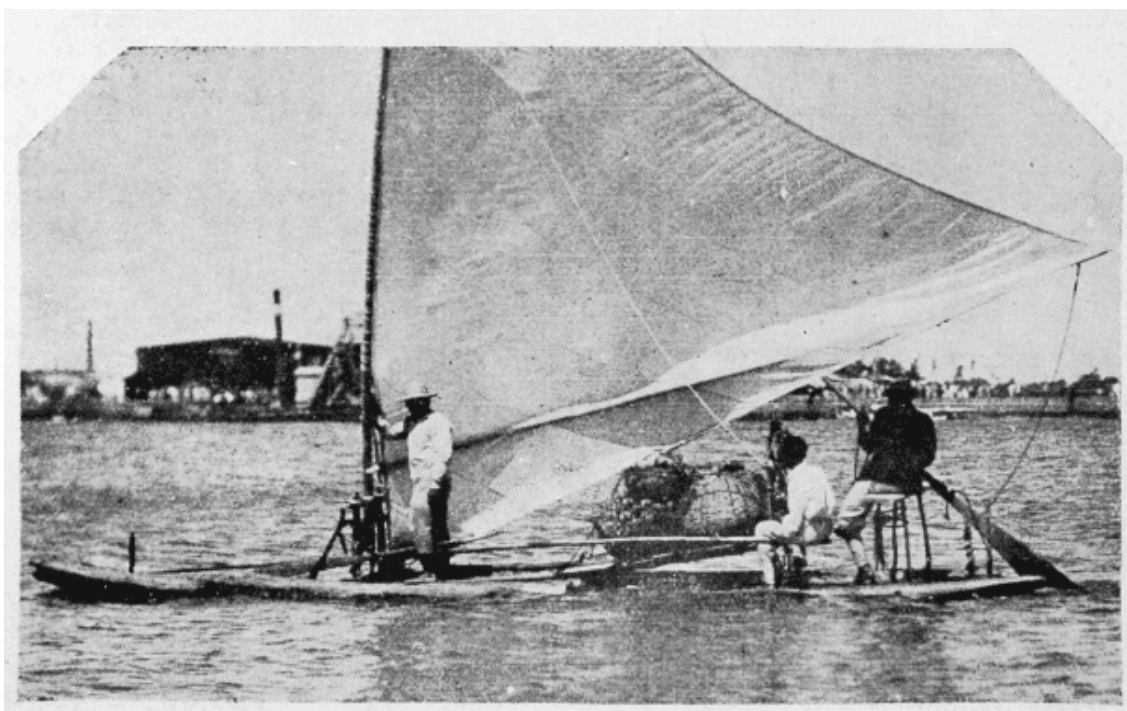


Figura 1. Jangadas no Nordeste

Fonte: Revista da Cidade, Recife, n.52, 21/07/1927, p.13

Embora a fotografia tenha como cenário o Recife, a legenda indica que a cena poderia remeter a outros pontos do litoral nordestino, apresentados como partícipes de uma mesma paisagem marítima e de práticas compartilhadas. A referência ao verde do mar, às “nossas praias” e aos “nossos costumes” amplia o alcance da imagem, deslocando-a do registro local para uma representação regional. Nesse processo, Rebello, fotógrafo português radicado no Recife, figura como agente responsável pela produção, conservação e circulação dessa visualidade que se torna familiar e amplamente reconhecida.

A imprensa, outro recurso destacado por Anderson (2008) na constituição da capacidade imaginativa das comunidades, desempenha papel central na elaboração da nordestinidade. Ao veicular notícias, opiniões, imagens, eventos, excertos literários e anúncios, os periódicos não apenas informam, mas também difundem experiências comuns. Os jornais e revistas transformam o acontecimento esportivo em um evento coletivo, ainda que muitos de seus leitores não estivessem fisicamente presentes. Mesmo sem assistir diretamente a uma regata, era possível acompanhar seus desdobramentos por meio dos relatos sobre os resultados das provas, a empolgação do público, eventuais colisões entre embarcações ou a consagração dos vencedores. Dessa forma, a imprensa atuava na difusão de uma cultura esportiva compartilhada e na consolidação de sentimentos de pertencimento a uma mesma comunidade.

Para além da vivência simbólica do evento esportivo, os espaços da cidade, naturais ou construídos, experimentados de forma coletiva, também se inseriam nessa lógica comunitária ancorada no território. Praias, baías, penínsulas, enseadas, cais, pontes e ruas passavam a ser apropriados como locais de prática e fruição esportiva, funcionando como arenas improvisadas ou como arquibancadas. Essas paisagens específicas, resultantes da relação entre esporte e espaço urbano, foram denominadas por John Bale (2003) como *sportscapes*. A intensidade da experiência esportiva contribuía para a formação de uma memória afetiva vinculada a esses lugares, que se tornavam referências duradouras de episódios marcantes, narrativas compartilhadas e momentos de celebração coletiva.



Figura 2. Regatas no Recife

Fonte: Revista da Cidade. Recife, 03/09/1927, n.67, p.19

Em registros marcados por um tom elogioso, os cenários urbanos e os locais das competições esportivas eram frequentemente valorizados por meio de descrições sensíveis e exaltadas. Expressões como “a linda e remansosa enseada do Porto dos Tainheiros”¹, “o estuário diáfano e sereno do Capibaribe”² ou ainda “as águas agitadas dos verdes mares bravios”³ conferiam

¹ As Regatas. Gazeta de Notícias, Salvador, 13/09/1913, p.1.

² Regata. Diário de Pernambuco, Recife, 08/01/1910, p.2.

³ Fala Ao Correio...Correio do Ceará, Fortaleza, 06/02/1941, p.6.

ao esporte um caráter que ultrapassava a dimensão da prática competitiva. Nessas narrativas, a vivência esportiva articulava-se a uma relação afetiva com o espaço, transformando o ambiente natural em parte constitutiva da própria experiência.

A conexão entre esporte moderno e processos de identificação torna-se evidente quando se observa que a lógica da competição e do confronto é atravessada por sentimentos de pertencimento coletivo. A prática esportiva mobiliza distinções entre grupos, marcadas tanto pela adesão quanto pela exclusão, independentemente da escala envolvida, seja ela vinculada aos clubes, às localidades, às regiões ou à nação. A identificação assume papel central na experiência do esporte moderno, configurando-se como um dos elementos decisivos para sua ampla expansão e consolidação nas sociedades contemporâneas, conforme assinala Dunning (1992).

Esportes litorâneos e a invenção da identidade nordestina

A análise dos discursos que atravessam a cultura esportiva náutica nas cidades litorâneas do Nordeste, em articulação com os processos de identificação coletiva, permite identificar três dimensões recorrentes, que se combinam de maneira ora convergente, ora tensionada. A primeira refere-se à exaltação das iniciativas e conquistas esportivas locais. A segunda expressa percepções de abandono, crítica e sensação de inferioridade quando o cenário esportivo regional é confrontado com o de outras cidades do país. A terceira dimensão diz respeito à afirmação de uma suposta originalidade e autenticidade da cultura local e regional associada às práticas esportivas. Enquanto dispositivos discursivos, essas dimensões contribuíam para a construção simbólica de uma ideia de unidade regional, simultaneamente formulada nos campos literário e político, que se colocava em oposição ou em distanciamento em relação ao seu modelo de referência, identificado na realidade esportiva do Sul do país.

Os discursos de valorização das iniciativas e dos êxitos esportivos locais, em particular, articulavam-se a noções amplamente difundidas no Brasil das primeiras décadas do século vinte, como civilidade, progresso e modernidade. Tais ideias, presentes em diferentes contextos urbanos do país, encontravam no esporte e na cultura física um de seus principais vetores de expressão. Originárias do contexto europeu, a ginástica moderna, o esporte moderno e outras práticas corporais passaram a ser compreendidas, com poucas exceções, como hábitos benéficos à saúde e à higiene, inseridos no esforço de adaptação dos indivíduos às exigências da vida urbana contemporânea. Nesse sentido, essas práticas foram incorporadas aos projetos de modernização social e cultural. (Soares, 2012; Góis Junior, 2012).

É a partir dessa perspectiva que o esporte moderno se insere nas capitais do Nordeste. A criação dos primeiros clubes esportivos e náuticos ocorre associada à defesa do aprimoramento físico e moral proporcionado pela prática esportiva. Em registros marcados por admiração e certo orgulho, a imprensa apresenta os eventos náuticos como acontecimentos de relevância pública e social, exaltando a mobilização e o entusiasmo em torno dos atletas e das competições: “E as adeptas das nossas sociedades esportivas preparam-se activamente, com anciedade, para applaudir com denodo e orgulho os seus patrícios atletas, entregues na defeza duma causa tão justa, a pratica do esporte.”⁴

Avançar e se afirmar no campo esportivo constituía motivo de valorização local, pois significava aproximar-se simbolicamente dos grandes centros ocidentais. Ao mesmo tempo em que esses êxitos eram exaltados, celebrava-se uma realização entendida como coletiva e representativa da comunidade. Não se tratava do mérito isolado de um sportmen, mas de uma vitória atribuída à própria terra, por isso o apreço pelos esportes era reiteradamente manifestado na imprensa. Na Bahia, destacava-se que: “As regatas realizadas no domingo (...), decorrem animassimas, cheia de vida e de emoção, o que, mais uma vez, veio demonstrar o quanto é apreciado, na Bahia, o elegante esporte do remo.”⁵. No Ceará, afirmava-se que: “A mocidade cearense, quiçá a brasileira, sciente do que acima exponho, encaminha os passos rumo às sociedades atléticas, células de ENERGIA, e onde esta mesma mocidade se dedica alcançar por meio dos exercícios corporaes a conservação do maior legado que nos é dado possuir: - A SAUDE”⁶. Em Pernambuco, por sua vez, ressaltava-se o estímulo às iniciativas esportivas: “fomentando as iniciativas sob a inspiração de um pensamento sadio, de cooperação no sentido das victorias communs, ou seja, do fortalecimento, cada vez mais crescente, do bom nome desportivo de Pernambuco.”⁷

Ao lado de outros sinais associados ao progresso, à modernidade e ao orgulho local, como a ciência, a arte e a indústria, o esporte afirmava-se como um fenômeno digno de reconhecimento e estímulo. Se a literatura se encarregava de narrar a trajetória de um povo, o esporte passava a figurar como manifestação de sua vitalidade e de suas virtudes morais.

Associado à importância atribuída às suas funções cívicas, educativas e morais, o esporte transformava-se em emblema de uma determinada ideia de comunidade. Acompanhar e participar dos eventos esportivos significava também alimentar o sentimento de pertencimento coletivo. O drama esportivo difundia-se por meio de uma narrativa compartilhada, compreendida como comum

⁴ Preparemonos Para...A Manhã, Salvador, 19/05/1920, p.2.

⁵ As Regatas. ETC, Salvador, 03/06/1929, p.12.

⁶ Grande Prova..Correio do Ceará, Fortaleza, 07/07/1937, p.7

⁷ Credenciais. Estádio, Recife, 03/06/1937, p.1.

a um povo, conforme explicitado pela Revista da Cidade: “Por mais desinteressado que se seja pelos desportos, sempre que se põe em jogo o nome de nossa terra natal, a gente vibra e pede a Deus para que a terra querida não soffra o dissabor de uma derrota.”⁸

Essa dimensão discursiva, que associa o esporte ao orgulho local e à civilidade, não se restringe às cidades de Recife, Salvador e Fortaleza. Trata-se, na realidade, de uma expressão recorrente em diferentes contextos e um traço característico do processo mais amplo de difusão do esporte moderno. No entanto, no caso analisado, esses discursos articulam-se a uma segunda dimensão discursiva, que contribui de forma decisiva para a construção de uma percepção coletiva de um “nós” compartilhado, identificado como Nordeste, em oposição a um “eles”, associado ao Sul e ao Sudeste.

A intensificação da atribuição do esporte como símbolo identitário, conforme analisa Eric Dunning (1992), contribuiu para que ele passasse a ser tratado com maior grau de seriedade. Na medida em que o *sportmen*, a equipe ou o grupo passam a representar um lugar específico, recaem sobre eles expectativas mais elevadas, como melhores condições de preparo, maior desempenho e a obtenção de resultados expressivos. Quando convertido em elemento de identificação coletiva, o esporte amplia seu peso na organização social moderna. Nesse contexto, a imprensa passa a veicular discursos que evidenciam sentimentos de negligência, crítica e inferioridade em relação ao cenário esportivo local, sobretudo quando comparado a outras cidades, configurando a segunda dimensão identificada na construção de uma identidade nordestina no âmbito esportivo.

A afirmação pública dos êxitos esportivos, nesse contexto, muitas vezes nasce do reconhecimento de uma posição percebida como inferior. Exalta-se, por exemplo, a participação inédita da Federação de Regatas Bahiana no Campeonato Brasileiro de Remo, realizado no Rio de Janeiro em 1920. Entretanto, a celebração do feito convive com a constatação do ingresso tardio em um evento entendido como de alcance nacional.

Na imprensa mais entusiasta do esporte, o tom crítico manifesta-se de forma evidente. A negligência do poder público em relação às iniciativas dos clubes é reiteradamente apontada, sobretudo quando contrastada com o apoio observado nos estados do sudeste brasileiro.

Nenhuma subvenção recebe dos poderes públicos. (...) No Rio, São Paulo e outros Estados adiantados, o Prefeito faz causa comum com as sociedades desportistas, cercando as de todo apoio. Tomam parte em seus festivaes, discursam, batem-se chapas e as revistas estampam clichés, notando se a apresentação do governador da cidade entre a rapaziada. Aqui, tudo se

⁸ Revista Da Cidade, Recife, 31/07/1926, n17, p.1.

deve á iniciativa particular. Não há estímulo de qualquer espécie. Em todo caso, não é motivo para desânimos.⁹

Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados considerados mais avançados seriam apresentados como espaços onde o esporte assumia caráter de interesse público, refletido em maior respaldo financeiro e simbólico por parte das autoridades locais. Ao Nordeste, por sua vez, restariam basicamente as iniciativas privadas e o empenho individual, o que serviria como explicação para o atraso observado. Em outras situações, os discursos sobre a inferioridade esportiva ampliavam-se, incorporando não apenas justificativas relacionadas à falta de investimento ou de apoio governamental, mas também argumentos que apontavam a ausência de iniciativa pessoal e a presença de entraves de ordem cultural.

Dos Estados da União, os do Nordeste são mais atrasados em esportes, e dentre estes, possivelmente, seja do Ceará o lugar de vanguarda. Isso, entretanto, se justifica muito bem, porque a pratica, a diffusão, do desporto, entre outras exigências, entre outros quesitos requer: - 1.) dinheiro bastante para enfrentar e suprir as necessidades; 2.)-auxilio material e moral dos poderes constituídos, dos governos; 3.) – boa vontade e dedicação dos que se iniciam em sua pratica e, finalmente, 4.) – educação, compreensão e cultura para bem compreender o alcance, a necessidade imprescindível que temos todos nós homens e mulheres, brancos e pretos, de cultivar, de cuidar, de proporcionar aos nossos músculos um desenvolvimento que lhes garanta a resistência, que lhes permita enfrentar sem cansasso, sem esmorecimento as phases diffíceis que se nos deparam constantemente, quotidianamente, na luta pela conquista do pão, pela conquista do bem estar.¹⁰

Ainda que o Ceará seja qualificado como uma vanguarda retardatária, ele é apresentado como integrante do Nordeste. Bahia e Pernambuco, cujos processos esportivos se encontravam em estágios mais avançados no que diz respeito à institucionalização e à burocratização, são posicionados ao lado do Ceará, compondo uma ideia de unidade, um nós compartilhado. O Nordeste é, portanto, intencionalmente nomeado. Em oposição, os demais estados da União, pressupostos como pertencentes ao Sul e ao Sudeste, mesmo não sendo explicitamente mencionados na fonte, constituem um outro distinto, do qual o enunciador não se reconhece como parte, um eles. O discurso regionalista, nesse caso, “não é emitido a partir de uma região objetivamente exterior a si; é na própria locução que essa região é encenada, produzida e pressuposta” (Albuquerque Júnior, 2001, p. 34).

Ao enunciar a si mesmo e ao outro, os discursos esportivos operavam como instâncias produtoras dessas identidades. O Sul, cristalizado na imagem do Rio de Janeiro, surgia como

⁹ O Nautico E A Praia Formosa. Correio do Ceará, Fortaleza, 10/10/1934, p.3.

¹⁰ Rápido Traços...Correio do Ceará, Fortaleza, 02/03/1932, p.9.

modelo aspiracional; evocá-lo não implicava enfrentamento, mas funcionava como estratégia de legitimação, autoafirmação e prova de valor. Conforme argumenta Bourdieu (1989), a reivindicação da própria existência só se sustenta quando reconhecida como uma unidade definida negativamente. Não somos eles, o que explica o tom irônico adotado pela Revista da Cidade ao comentar o processo civilizatório do Recife: “Rio em miniatura – Carambas!”¹¹. A noção de miniatura, embora carregada de leveza e humor, explicita uma hierarquia simbólica, na qual a inferioridade se expressa pela redução da grandeza e do prestígio do referente. A constatação é inequívoca: se era miniatura, não poderia ser o Rio.

Ao reconhecer-se como uma unidade definida negativamente, tornava-se imperativo afirmar-se, convertendo a participação esportiva em gesto cívico a serviço da terra e da região. Em contrapartida, legitimar-se perante o Sul e tornar-se por ele reconhecido configurava-se como condição necessária de projeção e ascensão simbólica: “a mocidade bahiana, far-se-á naturalmente representar de modo brilhante e os cariocas, como bons irmãos e amigos aqui estarão para aplaudi-la.”¹².

O caso pernambucano apresenta ainda a especificidade de elaborar um discurso de autoafirmação distintiva, ao mesmo tempo em que reafirma a noção de nordestinidade, ao reivindicar para si a condição de capital da região. Na revista produzida pelo clube Sport, constrói-se a idealização do Sul como o outro positivamente referenciado, o Nordeste (ou Norte) como unidade negativamente definida e Pernambuco como centro regional, cuja legitimidade é reconhecida pelo Sul:

As coisas de Pernambuco tem um reflexo sympathico no Sul: No Rio e em São Paulo fala-se do nosso Estado com entusiasmo e admiração. Os sulistas estão a par de todas as nossas actividades sociaes, econômicas, culturaes e sportivas. Recife é apontada por todos os sulistas que nos conhece, como a “metropole do Norte”.¹³

Há, nesse movimento, uma tentativa de “metropolização” de Pernambuco no interior do Nordeste. Contudo, a aspiração à grandeza é tensionada pela dependência de reconhecimento e validação do Sul.

É justamente na busca por aproximação, espelhamento e legitimação no e pelo Sul que se produz também o distanciamento em relação a ele. É no outro (Sul ou Rio de Janeiro) que se delinea o si mesmo (Nordeste ou Bahia, Pernambuco e Ceará). Ainda que a noção de Nordeste nem

¹¹ Rua Nova, Recife, n.60, 1926, p.20.

¹² As Opniões Cariocas...A Manhã, Salvador, 30/10/1920, p.2

¹³ O Nome Rubro-Negro... O Rubro-Negro, Recife, 15/06/1940, p.9

sempre seja explicitamente nomeada, ela se constitui a partir de uma referência oposicional comum, pela qual se produz essa identidade, visível nas fontes do Recife, Salvador e Fortaleza.

Nos conflitos que atravessavam o cenário esportivo local, essa questão igualmente se manifestava, sobretudo como recurso argumentativo para legitimar determinadas posições. Dessa maneira, para justificar um novo pareamento nas regatas, evocava-se o Rio de Janeiro como parâmetro de uma lógica universal das regras e categorias esportivas: “(...) nestas sencacionaes provas haverá, a exemplo do que se faz no Rio, uma prova livre, podendo, numa só guarnição haver remadores novos velhos e veteranos.”¹⁴.

Para sustentar a inserção das mulheres nas competições de natação como expressão do progresso da sociedade esportiva, recorria-se à experiência do Sul como referência legitimadora: “Precisamos criar uma nova mentalidade, e abandonar a ideia de que “não é direito uma mulher participar de provas esportivas publicas”. *No sul* a mulher nada como o homem, e todavia as Maria Lenk e Piedade Coutinho gosam do mais solido conceito publico (...)”¹⁵.

As nadadoras, paulista Maria Lenk e a carioca Piedade Coutinho, são mobilizadas como referências para estimular, no Ceará, a formação de uma mentalidade favorável à participação feminina na vida pública e esportiva do estado. Observa-se que, embora em algumas partes do Nordeste as mulheres já estivessem presentes em práticas esportivas, é no arquétipo almejado que se ancora o argumento de persuasão.

No que se refere ainda à natação, especialmente no Ceará, parece ter existido uma tensão entre a adoção das piscinas e a permanência das provas realizadas no mar. Nos primeiros anos da década de 1940, as competições em piscinas eram encaradas com certo desdém pela imprensa cearense, que valorizava e enaltecia as disputas locais: “a bravura dessa juventude que corta o mar cearense com vigorosas braçadas, desde Mucuripe á Praia de Iracema, ou em outras provas bem diferentes das cômodas competições em piscinas”¹⁶.

À medida que a lógica do esporte moderno, sua padronização e um maior controle do espaço da prática, se impõe de forma mais intensa ao contexto esportivo cearense, passa a haver uma pressão crescente pela realização de provas em piscinas. O mesmo jornal, o Correio do Ceará, que antes exaltava as competições na “piscina atlântica”¹⁷, alguns anos depois passa a apontar a ausência de piscinas como um entrave ao desenvolvimento do esporte local.

¹⁴ Regatas. A Manhã, Salvador, 15/08/1920, p.4

¹⁵ Pela 1ª vez no Ceará. Correio do Ceará, Fortaleza, 28/06/1944, p.3

¹⁶ Novo Campeão. Correio do Ceará, Fortaleza, 19/02/1940, p.6

¹⁷ Luta Entre os Azes. Correio do Ceará, Fortaleza, 07/03/1941, p.6.

Por falta justamente de piscinas, a natação cearense ate agora se resumiu ás “Provas Heroicas” ou outras competições de igual gênero, disputadas em extensões amazônicas e no mar bruto, insatisfeitos os menores requisitos que fazem de qualquer competição uma prova de classe, o que possa oferecer aos nossos nadadores, oportunidades para concorrerem á disputa de records nacionais, situados todos no sul, no Rio, em Minas e S.Paulo, onde as piscinas abundam como no Ceará times suburbanos de futebol.¹⁸

Mais uma vez ocorre a evocação do Sul, agora com a menção explícita também ao estado de Minas Gerais, como referência de vanguarda para uma prova considerada de elite. Ainda que o argumento se apoie na necessidade de padronização de critérios para competir com outros estados, a natação no mar é posicionada como prática oposta, de caráter rude e pouco civilizado, associada às extensões amazônicas e ao mar indomado. Configurava-se, assim, uma disputa em torno do espaço legítimo da prática esportiva.

O alegado antagonismo entre piscina e mar, contudo, não se consolidou, e ambas as modalidades de prática da natação seguiram em desenvolvimento. As chamadas Provas Heroicas, competições de longa distância realizadas no mar cearense, permaneceram ativas e com forte apelo popular. Sua permanência, para além da tradição já construída de organização e institucionalização, relaciona-se ao vínculo com a identidade local e a representações de simplicidade, bravura e rusticidade.

Esse elemento remete à terceira e última dimensão do discurso identitário nordestino, recorrente nas fontes das três cidades analisadas: a valorização de uma certa originalidade e autenticidade da cultura local e regional associadas às práticas esportivas.

A articulação entre práticas esportivas e aspectos da cultura popular pode ser compreendida a partir de um quadro mais amplo, identificado como Regionalismo. Tal movimento ganha expressão sobretudo no campo literário e nos ensaios dos chamados intérpretes do Brasil. Segundo seus estudiosos, ele emerge da percepção de uma crise do Brasil tradicional, priorizando temáticas rurais em contraposição à vida urbana e evidenciando injustiças sociais, miséria e pobreza (Arruda, 2011; Chiappini, 1995).

No núcleo das narrativas literárias, por exemplo, destaca-se a relação assimétrica entre um centro de poder urbanizado e determinadas regiões, como o campo ou o sertão, historicamente marcadas pela carência e pela privação. Embora o sertão tenha sido reiteradamente eleito como espaço privilegiado das representações regionalistas, Vicentine (2007) propõe que essa imagem não seja compreendida de modo estritamente literal, fechado ou limitado. Para o autor, o sertão pode ser entendido como metáfora de outros espaços nos quais as desigualdades sociais e o acesso à

¹⁸ Os Associados Promoverão, Na Piscina... Correio do Ceará, Fortaleza ,04/05/1944, p.4

urbanização e à modernização se apresentam de forma restrita: “se não existe o sertão total, existem, no entanto, os sertões circunstanciais, pequenos, rendilhados, no campo, na cidade interiorana, na cidade grande, cruzados e delimitados pelas estradas de rodagem, pelos povoados, pelas pequenas cidades cobertas de antenas.” (Vicentine, 2007, p.194).

Outro ponto a ser destacado refere-se à ideia já apresentada de Chiappini (1995), segundo a qual o regionalismo teria a capacidade de aproximar o homem urbano do rural, o intelectual do camponês, ampliando horizontes de compreensão e encurtando distâncias entre grupos sociais. Apesar de tematizar “a vida do homem comum”, o regionalismo nordestino teve como principais representantes integrantes da elite açucareira em processo de declínio. Soma-se a isso um paradoxo adicional: o movimento surge e se consolida em tensão com a modernização, a industrialização e a urbanização, constituindo-se, de modo contraditório, como uma reação àquilo que lhe deu origem.

No caso examinado neste artigo, o cenário litorâneo da primeira metade do século XX, período em que os esportes náuticos se expandiam e se afirmavam como dispositivos identitários, permite compreender parte dessa faixa costeira como um “sertão circunstancial”. Não se trata do litoral moderno, marcado por grandes portos, casas de banho e clubes esportivos e sociais, mas de um litoral anterior, vinculado aos pescadores, às jangadas e aos jangadeiros, aos casebres de palha, ou seja, o litoral concebido como sertão, um “sertão circunstanciado”.

Com o avanço da urbanização e, conjuntamente, da difusão do esporte moderno nos espaços litorâneos de Fortaleza, Salvador e Recife, estabelece-se o encontro entre esse novo ordenamento urbano esportivo e o litoral já existente, habitado por pescadores e suas famílias. Essa relação, complexa e frequentemente contraditória, era atravessada pela lógica regionalista, que atribuía aos “povos de origem”, bem como a indígenas e sertanejos, uma ideia de pureza e originalidade. Dessa forma, consolidava-se a interpretação de que esses espaços seriam aqueles onde a identidade da região, e por extensão da nação, se manifestaria de modo mais autêntico.

Autores oriundos de diferentes partes do Nordeste, entre escritores, folcloristas e ensaístas, abordaram de modo recorrente o trabalho, os costumes, as crenças e o cotidiano dos pescadores, bem como seus embates com a modernização. Entre eles destacam-se o baiano Jorge Amado (2003), o cearense Juvenal Galeno (2010), o paraibano José Lins do Rego (1939) e o potiguar Câmara Cascudo (1957). Esse universo de representações da vida dos pescadores, associado à sua valorização como símbolo da nacionalidade, desdobra-se também no campo das práticas esportivas, tendo a dimensão identitária como elemento legitimador. A expressão mais emblemática desse processo são as corridas de jangadas, em Recife e Fortaleza, e de saveiros, na Bahia. Embora já existissem como práticas culturais entre pescadores, sobretudo na forma de desafios e apostas, é no

contato com as elites dos clubes que essas corridas passam por um processo de incorporação à lógica e à dinâmica próprias do esporte moderno.

As corridas de jangadas, quando apresentadas, tinham com frequência enfatizado seu caráter original, seja no sentido de algo único, singular ou excepcional, como se observa nos trechos: “Regatas de jangadas: o original torneio aquático de domingo”¹⁹ e “uma pugna originalíssima entre vinte jangadas”²⁰; seja no sentido de sua origem, como no excerto: “uma corrida de Jangada, esporte genuinamente originário do Ceará (...)”²¹. Os enunciados da imprensa esportiva destacam a especificidade dessa prática, enfatizando tanto sua procedência local quanto o fato de ela se realizar de maneira exclusiva naquele contexto.

Evidencia-se, assim, o caráter performativo do discurso regionalista, conforme assinala Bourdieu (1989), na medida em que ele busca instituir uma definição legítima de fronteiras e fazer existir socialmente uma região circunscrita, até então invisibilizada, em oposição a uma definição hegemônica, já reconhecida e legitimada, que tende a ignorá-la. Daí decorre a necessidade de autoafirmação diante dessa definição dominante, perceptível, por exemplo, nos esforços de promover as corridas com o intuito de apresentá-las a autoridades e figuras de destaque, reforçando sua dimensão performativa. O empresário Assis Chateaubriand, o aviador Gago Coutinho e o cineasta Orson Welles figuram entre os nomes de projeção que assistiram ou participaram dessas competições, tomadas como oportunidade de contato com aquilo que se apresentava como mais original da cidade e, em certa medida, da própria região.

¹⁹ Regatas De Jangadas. Correio do Ceará, Fortaleza, 21/07/1934, p.5.

²⁰ O Correio Nos Sports. Correio do Ceará, Fortaleza, 14/07/1934, p.9.

²¹ Grande Prova. Correio do Ceará, Fortaleza, 07/07/1937, p.7



Figura 3. Jangadeiros e aviadores
Fonte: Correio do Ceará, Fortaleza, 29/05/1940

Na Figura 3, o Correio do Ceará noticia a participação de aviadores nas corridas de jangadas. Se a aviação se configurava, por um lado, como uma das principais alegorias da modernidade, por outro, os jangadeiros e a jangada constituíam símbolos centrais do tradicionalismo nordestino. O encontro desses universos, realizado na jangada e não no avião, sugere o quanto a atmosfera regionalista permeava os acontecimentos do período, inclusive aqueles de natureza esportiva.

Entre apropriações, tensões e estratégias, afirmava-se uma compreensão partilhada de que as corridas de saveiros e jangadas eram esportes genuínos da região e, portanto, marcadores autênticos da identidade.

A nordestinidade como ficção, isto é, como identidade comum forjada no discurso esportivo, torna-se perceptível nesse contexto, marcado pelo orgulho das iniciativas e dos feitos esportivos locais, ao mesmo tempo em que persistia um sentimento recorrente de descaso, crítica e inferioridade em relação ao cenário esportivo do Rio de Janeiro e do Sul. O Sudeste figurava como o outro oposicional comum às três cidades analisadas, contribuindo para a construção de uma noção de região negativamente definida. A isso somava-se uma retórica de valorização da cultura popular, de sua originalidade, resistência e braveza, se não idêntica entre as cidades, ao menos próxima em sua forma.

Dessa forma, conformava-se um litoral progressivamente menos associado ao “sertão circunstancial”, mas atravessado por discursos performativos que o exaltavam de maneira simultaneamente presente e nostálgica. Um litoral que, de forma paradoxal, buscava afirmar suas tradições sem abrir mão da modernidade e da urbanização. Alimentada por discursos marcados por tensões e contradições, entre grupos sociais, entre a tradição local e o universalismo moderno, a nordestinidade emerge como produto singular de dispositivos identitários e de práticas discursivas performáticas de si mesma. Ela pretende mirar em Maria Lenk, sem deixar de situar o esporte ao lado do frevo, da festa da Mãe D’Água e do carnaval. Em sua forma, desejava-se moderna; em parte de sua estética e simbologia, permanecia vinculada ao tradicional.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar como as práticas esportivas litorâneas, desenvolvidos em Recife, Salvador e Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, constituíram-se como dispositivos na produção e circulação de discursos identitários sobre o Nordeste. Longe de refletirem uma essência regional preexistente, tais práticas foram atravessadas por tensões entre modernidade e tradição, centro e periferia, universalismo esportivo e reivindicações de originalidade local. A análise das fontes evidencia que o esporte moderno, ao mesmo tempo em que aproximava essas capitais das experiências observadas no Sul e Sudeste, também operava como espaço privilegiado de elaboração de uma nordestinidade discursiva, definida negativamente em relação a um outro hegemônico e afirmada por meio da valorização simbólica da cultura popular, da bravura e da autenticidade atribuídas às práticas locais.

A nordestinidade emerge como uma ficção performativa, historicamente situada, como desenvolvido na obra de Albuquerque Júnior (2011), produzida por discursos que articulam orgulho, ressentimento, desejo de reconhecimento e estratégias de autoafirmação simbólica. O

litoral, inicialmente concebido como um “sertão circunstancial”, transforma-se em palco privilegiado dessa disputa identitária, no qual jangadas, saveiros, pescadores e atletas convivem com clubes, federações e ideais de progresso urbano. Ao iluminar as especificidades do Nordeste litorâneo, pretende-se contribuir para uma compreensão mais complexa, plural e relacional das identidades regionais e de seus entrelaçamentos com os projetos de modernidade no Brasil.

Referências

- Albuquerque Júnior, D. M. (2011). *A invenção do Nordeste e outras artes* (5ª ed.). Cortez.
- Amado, J. (2003). *Mar morto*. Record.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Andrade, L. G. A. de. (2015). *O espaço público da praia: Reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura).
- Araújo, R. de C. B. de. (2007). *As praias e os dias: História social das praias do Recife e de Olinda*. Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Arruda, M. A. do N. (2011). Modernismo e regionalismo no Brasil: Entre inovação e tradição. *Tempo Social*, 23(2), 191–212.
- Azevedo, T. (1988). *A praia: Espaço de socialidade*. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.
- Bale, J. (2003). *Sports geography* (2nd ed.). Routledge.
- Barbosa Araújo, A. de F. (2006). O regionalismo como outro. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, (28), 113–124.
- Barros, J. D’Assunção. (2022). História local e história regional: A historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, 18(2), 22–53.
- Bernardes, D. (2012). *Recife, o caranguejo e o viaduto* (2ª ed.). Editora Universitária da UFPE.
- Bernardes, D. de M. (2007). Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, (71), 41–79.
- Bourdieu, P. (1989). A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In P. Bourdieu, *O poder simbólico* (pp. 107–132). Bertrand Brasil; DIFEL.
- Cascudo, L. da C. (1957). *Jangada: Uma pesquisa etnográfica*. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura.

- Chiappini, L. (1995). Do beco ao belo: Dez teses sobre regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, 8(15), 153–159.
- Dantas, E. (2010). *Maritimidade nos trópicos: Por uma geografia do litoral*. Edições UFC.
- Dias, M. O. L. da S. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Alameda.
- Dunning, E. (1992). A dinâmica do desporto moderno: Notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In N. Elias, *A busca da excitação* (pp. 299–325). Difel.
- Freitas, G. (2014). *Práticas de divertimento no Cassino/RS em meados do século XX: A produção de um outro espaço no encontro com os infames* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde).
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Maia & Schmidt.
- Freyre, G. (1985). *O Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (5ª ed.). José Olympio.
- Galeno, J. (2010). *Lendas e canções populares* (5ª ed.; R. Netto, Org.). Secult.
- Góis Junior, E. (2012). Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. *Movimento*, 19, 139–159.
- Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Montenegro, N. R. (2020). *A cultura física e suas manifestações no litoral de Fortaleza (1925–1946): Novos modos de se educar e de se divertir* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação).
- Moraes, C. E. A. (2017). *A educação do corpo à beira-mar: Esporte e modernidade na Ilha de Santa Catarina (1857–1932)* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação).
- Neves, F. (2012). O Nordeste e a historiografia brasileira. *Ponta de Lança*, 5(10), 6–24.
- O'Donnell, J. (2013). *A invenção de Copacabana: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1840–1940)*. Zahar.
- Ramos, D. da R. (2009). *A invenção da praia e a produção do espaço: Dinâmicas de uso e ocupação do litoral do Espírito Santo* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo).
- Rego, J. L. do. (1939). *Riacho Doce*. José Olympio.
- Risério, A. (2004). A invenção da praia. In A. Risério, *Uma história da cidade da Bahia*. Versal.

Santos, M. A. da S. dos. (2008). Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890–1940). *RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 3(1).

Santos, M. (2008). *O centro da cidade de Salvador: Estudo de geografia urbana* (2ª ed.). Editora da Universidade de São Paulo; EDUFBA.

Schossler, J. C. (2013). *História do veraneio no Rio Grande do Sul*. Paco.

Schramm, S. M. de O. (2001). *Território livre de Iracema: Só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades).

Soares, C. L. (2012). *Educação física: Raízes europeias e Brasil* (5ª ed. rev.). Autores Associados.

Terra, V. (2016). A invenção da praia de Santos (1880–1940). In C. L. Soares, *Uma educação pela natureza: A vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana* (pp. 205–238). Autores Associados.

Vicentini, A. (2007). Regionalismo literário e sentido do sertão. *Sociedade e Cultura*, 10(2), 187–196.